



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. GESTÃO DE RISCO	13
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS	20
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS	21
7. CONTAS A RECEBER	21
8. IMOBILIZADO	22
9. INTANGÍVEL	24
10. FORNECEDORES	24
11. DEBÊNTURES	25
12. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS	27
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
14. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	29
15. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA	29
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	30
18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA	30
19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31
20. RESULTADO FINANCEIRO	31
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO.....	33
23. COBERTURA DE SEGUROS.....	33
24. EVENTOS SUBSEQUENTES	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. (“Santa Cruz” ou “Companhia”), apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia,

A Santa Cruz é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica, atuando como produtora independente. Nesse contexto, é responsável pela operação da pequena central hidrelétrica (“PCH”) São Domingos II.

A PCH está localizada no Rio São Domingos, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no município de São Domingos, estado de Goiás, e possui capacidade instalada de aproximadamente 24,66 MW.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Santa Cruz trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Santa Cruz, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

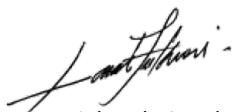
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Ativos				Passivos			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.475	13.320	Fornecedores	10	1.493	1.630
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	4.505	Debêntures	11	-	32.684
Contas a receber	7	7.444	7.062	Contas a pagar a partes relacionadas	12	78	56
IRPJ e CSLL a recuperar		52	-	IRPJ e CSLL	13	740	-
Tributos a recuperar		21	360	Tributos e obrigações trabalhistas	14	689	939
Despesas antecipadas		-	600	Provisão liminar garantia física	15	47.703	43.643
Estoque		140	884	Outras contas a pagar		-	143
Outras contas a receber		54	445	Total do passivo circulante		50.703	79.095
Total do ativo circulante		41.186	27.176				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	11	-	49.811
Outras contas a receber		-	219	Contas a pagar a partes relacionadas	12	-	28.681
		-	219	IRPJ e CSLL diferidos	13	550	-
				Total do passivo não circulante		550	78.492
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	114.691	118.330	Capital social	16	121.158	37.158
Intangível	9	9.842	11.590	Prejuízos acumulados		(6.692)	(37.430)
Total do ativo não circulante		124.533	130.139	Total patrimônio líquido		114.466	(272)
Total do ativo		165.719	157.315	Total do passivo e patrimônio líquido		165.719	157.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	17	61.479	59.674
Custo de venda de energia elétrica	18	(22.904)	(22.364)
Lucro bruto		38.574	37.310
Despesas gerais e administrativas	19	(1.783)	(1.352)
Lucro operacional		36.792	35.958
Receitas financeiras	20	2.814	1.739
Despesas financeiras	20	(5.868)	(18.179)
Resultado financeiro		(3.054)	(16.440)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		33.738	19.518
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.450)	(2.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(550)	-
Lucro líquido do exercício		30.738	16.536
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	22	0,3014	0,3844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	30.738	16.536
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>30.738</u>	<u>16.536</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	37.158	(53.966)	(16.808)
Lucro líquido do exercício	-	16.536	16.536
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.158	(37.430)	(272)
Lucro líquido do exercício	-	30.738	30.738
Aumento de capital	84.000	-	84.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025	121.158	(6.692)	114.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA CRUZ POWER CORPORATION USINAS HIDROELÉTRICAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		33.738	19.518
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	8 a 9	6.500	6.562
Amortização de ativo de direito de uso		-	48
Baixa de ativo imobilizado		48	785
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		(146)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures	11	3.709	12.935
Juros e variações monetárias - mútuos	12	445	1.338
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	8
Atualização financeira liminar garantia física	15	1.372	5.008
Variações nos ativos operacionais			
Contas a receber	7	(382)	(583)
Tributos a recuperar		287	67
Estoque		744	-
Despesas antecipadas		600	(26)
Outras contas a receber		610	(166)
Variações nos passivos operacionais			
Fornecedores	10	(137)	86
Contas a pagar a partes relacionadas	12	22	67
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	14	4	(599)
Provisão liminar garantia física	15	2.688	-
Outras contas a pagar		(143)	143
Caixa gerado pelas atividades operacionais		49.959	45.191
Juros pagos de debêntures	11	(5.163)	(9.136)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.964)	(2.660)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.832	33.394
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	8 a 9	(1.161)	(239)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.161)	(239)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Depósitos vinculados a debêntures	5	-	(4.505)
Resgates de aplicações financeiras vinculados a debêntures	5	4.651	-
Pagamento de mútuo	12	(29.126)	-
Pagamento de debêntures	11	(81.041)	(26.730)
Aumento de capital	16	84.000	-
Pagamento de arrendamento mercantil		-	(89)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(21.516)	(31.324)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		20.155	1.831
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.320	11.489
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		33.475	13.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. (“Santa Cruz” ou “Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 24 de setembro de 1997 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até março de 2005, quando foi transformada em sociedade por ações de capital fechado.

A Companhia é controlada pela Essentia PCHs S.A (“Controladora” ou “Essentia PCHs”) e controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

O objeto social da Companhia é a produção independente de energia elétrica, conforme a Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e as instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de subestação da usina, bem como uma linha de transmissão para interligação à subestação, com a comercialização da energia elétrica produzida.

Em consonância com seu objeto social, a Companhia obteve autorização da ANEEL (Resolução nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH São Domingos II, com 24,66 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.680 de 06 de maio de 2009, autorizou o início da operação comercial da PCH São Domingos II a partir de 7 de maio de 2009. O comissionamento das instalações das linhas de transmissões ocorreu em 12 de dezembro de 2009, possibilitando a efetiva entrada em operação.

Em 1º de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, cuja promulgação das partes vetadas ocorreu em 11 de junho de 2021, alterando o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

A nova Lei incluiu a possibilidade de ajuste do prazo de outorga de autorização de geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora desde que (i) a usina tenha entrado em operação até 1º de setembro de 2020, (ii) possua outorga com vigência de 30 anos e que (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Ao final do prazo de autorização, não havendo prorrogação, os seus bens e instalações vinculados a produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes excederam os ativos circulantes no montante de R\$ 9.517 (R\$ 51.919 em 31 de dezembro de 2024) decorrente substancialmente do passivo circulante de debêntures e da provisão de garantia física e penalidade de lastro de energia.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do ativo circulante	41.186	27.176
Total do passivo circulante	50.703	79.095
Capital circulante líquido negativo	<u>(9.517)</u>	<u>(51.919)</u>

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia conduza o seu negócio com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

1.2 Contratos de energia

A Companhia é detentora da usina São Domingos II, comercializa energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025), com fornecimento para 30 distribuidoras, abrangendo todos os submercados.

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Energia	Contratos	Início da autorização	Fim da autorização
				Assegurada - MWm	de Venda - MWm		
Santa Cruz (i) e (ii)	São Domingos II	GO	24,66	19,08	21	01/01/2009	01/12/2038
Total			24,66	19,08	21		

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são:

(i) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração.

Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima da garantia física são:

(ii) A Companhia possui decisão liminar vigente que assegura a manutenção da garantia física em patamar anterior às revisões regulatórias, conforme nota explicativa nº 15.

Adicionalmente, os descasamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 -Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; amplia divulgações sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (substitui CPC 26)	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas

as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e a de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 09 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 15 – Provisão liminar garantia física:** Reconhecimento de passivo financeiro relativo aos montantes apurados na liquidação do mercado de curto prazo, em decorrência da redução da garantia física da usina, acrescidos de atualização financeira;

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de de riscos financeiros: a) risco de crédito; e b) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Partes relacionadas e fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros): Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2025				
			Cenário I Impacto provável no resultado	Cenário II Redução de índice em 25%	Cenário II Elevação de índice em 25%	Cenário III Redução de índice em 50%	Cenário III Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	33.475	4.499	3.375	5.624	2.250	6.749

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições

ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos		
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025			
Fornecedores	1.493	-	1.493
Contas a pagar a partes relacionadas	78	-	78
Provisão liminar garantia física	47.703	-	47.703
Em 31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	1.630	-	1.630
Debêntures	32.716	49.830	82.546
Contas a pagar a partes relacionadas	56	28.681	28.737
Provisão liminar garantia física	43.643	-	43.643
Outras contas a pagar	143	-	143

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, provisão de liminar garantia física e outras contas a pagar.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total das debêntures	-	82.495
(-) Caixa e equivalente de caixa	(33.475)	(13.320)
(-) Aplicações financeiras vinculadas as dívidas	-	(4.505)
Dívida líquida	(33.475)	64.670
Total do patrimônio líquido	114.466	(272)
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	80.991	64.398
Índice de alavancagem financeira - %	-41%	100%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre essas atividades.

(b) Risco hidrológico

Conforme as regras do setor às usinas da Companhia foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, conseqüentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado.

Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física.

Como consequência, períodos de menor hidrologia reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos ($GSF < 1$), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto.

Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas da Companhia participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia.

Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a

transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

(e) Risco de *impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	33.475	13.320
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	4.505
Contas a receber	7.444	7.062
Outras contas a receber	54	664
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado:		
Fornecedores	1.493	1.630
Debêntures	-	82.495
Contas a pagar a partes relacionadas	78	28.737
Outras contas a pagar	-	143
Provisão Liminar garantia Física	47.703	43.643

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	493	1
Recursos em aplicações financeiras (i)	32.982	13.319
Total	<u>33.475</u>	<u>13.320</u>

(i) As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

Os depósitos são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

Valores mantidos em contas em instituições financeiras, que têm como finalidade garantir obrigações associadas às debêntures emitidas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	-	4.505
Total	-	4.505

(i) Redução em decorrência da extinção da obrigatoriedade de manter depósitos vinculados após liquidação da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia	7.444	7.062
Total	7.444	7.062

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	7.444	6.984
Vencidos de 31 a 90 dias	-	78
Total	7.444	7.062

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.744	3.259	73.089	40.917	4.663	123.672
Adições	198	-	-	-	41	239
Depreciação	-	-	(2.403)	(2.222)	(187)	(4.812)
Baixas	(769)	-	-	-	-	(769)
Transferências	(787)	-	-	365	422	-
Saldo contábil líquido	386	3.259	70.686	39.060	4.939	118.330
Custo	386	3.259	107.337	72.446	7.501	190.929
Depreciação acumulada	-	-	(36.651)	(33.386)	(2.562)	(72.599)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	386	3.259	70.686	39.060	4.939	118.330
Adições	1.023	-	-	131	7	1.161
Depreciação	-	-	(2.402)	(2.163)	(187)	(4.752)
Baixas	(17)	-	-	-	(31)	(48)
Transferências	(30)	-	-	24	6	-
Saldo contábil líquido	1.362	3.259	68.284	37.052	4.734	114.691
Custo	1.362	3.259	107.337	72.603	7.462	192.023
Depreciação acumulada	-	-	(39.053)	(35.551)	(2.728)	(77.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.362	3.259	68.284	37.052	4.734,00	114.691
Taxa média de depreciação	-	-	2,24%	2,98%	2,51%	-

9. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e direito de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

	Direito de autorização	Software	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	12.847	493	13.340
Amortização	(1.595)	(155)	(1.750)
Saldo contábil líquido	11.252	338	11.590
Custo	16.738	1.075	17.813
Amortização acumulada	(5.486)	(737)	(6.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.252	338	11.590
Amortização	(1.593)	(155)	(1.748)
Saldo contábil líquido	9.659	183	9.842
Custo	16.738	1.075	17.813
Amortização acumulada	(7.079)	(892)	(7.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.659	183	9.842
Taxa média de amortização	9,52%	14,42%	-

10. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais e serviços	424	1.192
Compra de energia	1.069	438
Total	1.493	1.630

11. DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) 1ª Emissão de Debêntures

A Companhia emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205. A operação foi liquidada antecipadamente em 31 de março de 2025.

b) Debêntures

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Debêntures	-	32.716
(-) Custo de captação	-	(32)
	<u>-</u>	<u>32.684</u>
Não circulante		
Debêntures	-	49.830
(-) Custo de captação	-	(19)
	<u>-</u>	<u>49.811</u>
Total	<u>-</u>	<u>82.495</u>

c) Composição de debêntures

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série - 15/06/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	-	82.546
		2ª Série - R\$ 38.000					2ª Série - 15/09/2026			
		3ª Série - R\$ 41.000					3ª Série - 15/12/2026			
		4ª Série - R\$ 39.000					4ª Série - 15/03/2027			
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	-	(51)
									-	82.495

d) Movimentação de debêntures

	Debêntures	(-) Custo de captação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.525	(99)	105.426
Ingresso	-	-	-
Provisão de juros	8.187	-	8.187
Amortização de custos de colocação de dívida	-	48	48
Atualização monetária	4.700	-	4.700
Liquidação do principal	(26.730)	-	(26.730)
Liquidação dos encargos	(9.136)	-	(9.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.546	(51)	82.495
Provisão de juros	1.688	-	1.688
Amortização de custos de colocação de dívida	-	51	51
Atualização monetária	1.970	-	1.970
Liquidação do principal	(81.041)	-	(81.041)
Liquidação dos encargos	(5.163)	-	(5.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

e) Composição por ano de vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
2 anos	-	32.716
3 anos	-	31.629
4 anos	-	18.201
Total	-	82.546

f) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures da Companhia continham cláusulas restritivas que requeriam a manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros, com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras.

A Administração monitorou esses índices de forma sistemática e constante, por meio de controles de acompanhamento e apuração anual, de modo a assegurar o cumprimento das referidas condições.

Em 31 de março, ocorreu a liquidação antecipada da dívida de debêntures. Dessa forma, a Companhia não possui, a partir dessa data, cláusulas restritivas financeiras (“covenants”) vigentes.

g) Custo de transação

As debentures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

12. CONTAS A PAGAR A PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição das partes relacionadas

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024	
		Passivo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Essentia PCHs S.A.	Custo compartilhado	78	56	-
Essentia PCHs S.A.	Contratos de mútuo (i)	-	-	28.681
Total		78	56	28.681

(i) Saldo quitado em 30 de abril de 2025 no montante atualizado de R\$ 29.126.

(b) Composição das partes relacionadas resultado

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
		Resultado	Resultado
Essentia PCHs S.A.	Despesa de custo compartilhado	(558)	(499)
Essentia PCHs S.A.	Despesa de juros de contratos de mútuo	(445)	(1.337)
Total		(1.003)	(1.836)

Contratos de mútuo

Mutuante	Mutuária	Valor do contrato	Prazo do contrato	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	5.500	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	-	9.273
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	3.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	-	2.556
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	2.800	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	-	4.729
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	6.000	Indeterminado	0,5% a.m. +TR	-	8.928
Essentia PCHs S.A.	Santa Cruz Power Corporation S.A.	4.800	Indeterminado	7% a.a.	-	3.195
					-	28.681

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro de 2025 as despesas de folha de pagamento foram registradas na Controladora e rateadas para as controladas de acordo com a capacidade instalada de cada usina.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.078 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	740	-
	<u>740</u>	<u>-</u>
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	550	-
	<u>550</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>1.290</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os saldos foram reclassificados para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14.

14. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	556
ICMS a pagar	15	1
ISS a pagar	4	-
PIS e COFINS a pagar	472	198
Salários, provisões e encargos sociais	173	156
Outros tributos	25	28
Total	<u><u>689</u></u>	<u><u>939</u></u>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social conforme apresentado na Nota explicativa Nº 13.

15. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u><u>38.635</u></u>
Adição	1.521
Atualização financeira	3.487
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>43.643</u></u>
Adição	2.688
Atualização financeira	1.372
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>47.703</u></u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 121.158 (R\$ 37.158 em 31 de dezembro 2024), dividido em 118.014.847 (43.014.847 em 31 de dezembro 2024) ações, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 28 de março de 2025, foi aprovada o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 84.000.

A Companhia não possui um limite de ações autorizadas.

A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Acionistas						
Essentia PCHs S.A.	100%	118.014.847	121.158	100%	43.014.847	37.158
Total	100%	118.014.847	121.158	100%	43.014.847	37.158

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita				
Receita com energia	183.960	63.785	189.775	60.352
Receita com energia CCEE	-	135	-	1.691
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(2.335)	-	(2.268)
(-) Encargos sobre concessão	-	(106)	-	(101)
Total	183.960	61.479	189.775	59.674

18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	12.557	11.727
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	154	121
Custo de operação (b)	10.193	10.516
Total	22.904	22.364

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Energia elétrica comprada para revenda	10.632	10.312
Custo de liquidação CCEE	1.925	1.415
Total	<u>12.557</u>	<u>11.727</u>

(b) Custo de operação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	1.169	918
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	2.528	2.011
Depreciações e amortizações - direito de uso	-	48
Depreciações e amortizações	6.496	6.562
Outros custos de operação	-	977
Total	<u>10.193</u>	<u>10.516</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	557	35
Serviços de terceiros	275	127
Seguros	603	674
Despesas tributárias	-	1
Outras despesas operacionais	334	16
Despesas compartilhadas	-	499
Depreciações e amortizações	4	-
Total	<u>1.783</u>	<u>1.352</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre debêntures são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.547	1.731
Variação cambial	2	-
Outras receitas financeiras	265	8
Total das receitas financeiras	<u>2.814</u>	<u>1.739</u>
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	(1.688)	(8.187)
Amortização de custos de emissão de debêntures	(51)	(48)
Atualização monetária sobre debêntures	(1.970)	(4.700)
Atualização financeira liminar GSF	(1.372)	(3.487)
Resultado com partes relacionadas	(445)	(1.337)
Outras despesas financeiras	(342)	(420)
Total das despesas financeiras	<u>(5.868)</u>	<u>(18.179)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.054)</u>	<u>(16.440)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ		
Receita com energia	63.976	62.043
Presunção IRPJ (8%)	5.118	4.963
Receita financeira	3.098	1.367
Base de cálculo	<u>8.216</u>	<u>6.330</u>
IRPJ 15%	<u>1.232</u>	<u>950</u>
IRPJ adicional 10%	<u>798</u>	<u>609</u>
Outro	<u>-</u>	<u>476</u>
CSLL		
Receita com energia	63.976	62.043
Presunção CSLL (12%)	7.677	7.445
Receita financeira	3.098	1.367
Base de cálculo	<u>10.775</u>	<u>8.812</u>
CSLL 9%	<u>970</u>	<u>793</u>
Outro	<u>-</u>	<u>154</u>
Corrente	2.450	2.982
Diferido	550	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>3.000</u>	<u>2.982</u>
Alíquota efetiva	<u>4,47%</u>	<u>4,70%</u>

22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

Resultado básico e diluído por ação	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro atribuível aos controladores	30.738	16.536
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	101.987	43.015
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	<u>0,3014</u>	<u>0,3844</u>
Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$	<u>0,3014</u>	<u>0,3844</u>

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de março de 2026, houve a redução de capital no montante de R\$ 7.000, restituídos aos acionistas da Companhia.

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3